

Fim da jornada 6x1 e moradia: de olho na classe média

CCJ aprova PEC no mesmo dia em que governo amplia Minha Casa, Minha Vida

Lula Marques/Agência Brasil

Por Gabriela Gallo

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou, por unanimidade, nesta quarta-feira (22), a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que determina o fim da escala de trabalho 6X1, em que o empregado trabalha seis dias da semana e descansa um dia.

Com isso, a CCJ entendeu que o relatório do deputado federal Paulo Azi (União Brasil-BA) é constitucional e possível de prosseguimento. Agora, será criada uma comissão especial para debater o tema.

Segundo o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), a comissão especial será criada “o mais rápido possível”.

A redução da jornada de trabalho é um dos temas mais cobichados pelo governo federal, para dar musculatura à tentativa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de conseguir sua reeleição.

É mais um passo diante do mesmo objetivo. O governo vem perdendo apoio, segundo as pesquisas, especialmente na classe média, inclusive na classe média baixa. Muitos são trabalhadores, do setor de serviços e outros, que hoje trabalham na escala 6x1 e seriam beneficiados pela mudança.

Na mesma linha, ainda nesta quarta-feira começaram a valer as novas regras para financiamento de imóveis do programa social Minha Casa, Minha Vida.

A mudança ampliou o teto dos limites de renda familiar para participar do programa para até R\$ 13 mil, além de ampliar o valor dos imóveis para até R\$ 600 mil.

A ampliação da faixa de renda passa a atingir e beneficiar também a classe média.

Endividamento

Um dos principais motivos para a rejeição governo ocorrer é a alta taxa de endividamento da população brasileira.

De acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), divulgada em 7 de abril, o percentual de famílias endividadadas chegou a 80,4% em março deste ano.

Ao Correio da Manhã, a consultora de Análise Política na BMJ Consultores Associados Raquel Alves avaliou que as pesquisas revelam um “mau humor” da classe média com o contexto atual diário e também “uma percepção negativa para o futuro”.

“Ou seja, a classe média está desanimada hoje porque está atolada em dívidas, e preocupa-



Aprovação da admissibilidade foi unânime na CCJ

da com uma futura piora de suas condições de vida, porque mesmo que o endividamento atual seja mitigado, os gastos com o custo de vida (educação, saúde, transporte e moradia) persistirão. Ampliar os limites do Minha Casa, Minha Vida atende a uma das demandas da classe média, mas é uma medida pontual”, ela afirmou.

“O governo aposta que somada a outras medidas, como a isenção do Imposto de Renda para contribuintes com renda até

R\$ 5mil e o prometido pacote de renegociação de dívidas que está para ser lançado, o humor imediato e as expectativas tendem a melhorar. Mas ações estruturantes seriam mais efetivas para mudar essa perspectiva futura”, completou a analista política.

Raquel detalhou que o conceito de “classe média” é amplo e engloba “mais da metade da população”.

“Estamos falando de brasileiros com rendas que variam de

R\$ 3,5 mil a R\$ 25 mil mensais, divididos internamente em classe média baixa, média, e média alta”, disse.

A reportagem ainda conversou com o professor de finanças do Ibmec Brasília Marcos Melo. Ele reiterou que as mudanças no programa social, que agora é voltado para a classe média, “podem trazer alguma melhoria na imagem entre os eleitores, mas a percepção de piora da condição econômica é significativa”.

Vai e vem remarca sabatina de Messias

Bruno Peres/Agência Brasil

Por Beatriz Matos

A definição da data para a sabatina de Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal virou um retrato do próprio processo de articulação política em torno do nome indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Depois de idas e vindas, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado bateu o martelo: o chefe da Advocacia-Geral da União (AGU) será ouvido na próxima quarta-feira (29), às 9h.

Inicialmente prevista para o dia 29, a sabatina chegou a ser antecipada para o dia 28, diante do receio de esvaziamento do Senado por causa da proximidade com o feriado de 1º de maio. A mudança, no entanto, não se sustentou.

Nos bastidores, a avaliação evoluiu e o cenário passou a indicar maior segurança para a aprovação do nome. Com isso, a data original foi retomada.

A confirmação partiu do

presidente da CCJ, senador Otto Alencar (PSD-BA), que afirmou ter formalizado a decisão após reuniões recentes com o próprio indicado. Segundo ele, a comissão já foi comunicada oficialmente.

O gesto também sinaliza que o ambiente político, antes mais incerto, se estabilizou o suficiente para levar o processo adiante.

A leitura do relatório favorável à indicação, feita pelo senador Weverton (PDT-MA), já havia pavimentado o caminho. No documento, o relator destacou o peso institucional da escolha e o papel do Supremo diante do momento político do país, reforçando a responsabilidade da comissão na análise.

Bastidores

A construção dessa candidatura, no entanto, não foi simples. Desde o ano passado, quando o nome de Messias disputava espaço com outras alternativas, como a do senador Rodrigo Pacheco

(PSB-MG), o processo foi marcado por negociações intensas. A indicação formal só veio em novembro de 2025, após meses de articulação.

Mesmo depois disso, houve entraves. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), chegou a adiar o andamento sob o argumento de que a mensagem oficial do governo ainda não havia sido enviada, embora nos bastidores a preferência por outro nome fosse evidente.

Agora, o cenário é outro. O termômetro político indica que Messias entra na sabatina com vantagem. A avaliação dentro do governo é de que ele já reúne quase 52 votos favoráveis, acima dos 41 necessários para aprovação no plenário. O voto é secreto, mas o clima entre senadores é considerado positivo.

Com currículo consolidado e trânsito entre diferentes correntes políticas, o AGU chega ao momento decisivo após meses pela busca por apoio.



Governo avalia que Messias será aprovado com tranquilidade